

A DÍVIDA IMPAGÁVEL: UMA CRÍTICA FEMINISTA, RACIAL E ANTICOLONIAL DO CAPITALISMO

UNPAYABLE DEBT

Allicka Cardoso Sabino Belisario¹

 <https://orcid.org/0009-0003-4624-6372>

 <http://lattes.cnpq.br/0232905120030791>

Luís Fernando Brinatti²

 <https://orcid.org/0009-0009-9226-1374>

 <http://lattes.cnpq.br/7324723477324849>

Recebido em: 29 de setembro de 2025.

Revisão final: 25 de fevereiro de 2026.

Aprovado em: 25 de fevereiro de 2026.

 <https://doi.org/10.46401/arec.2025.v17.24266>

¹ Graduada em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia e Ciência Política, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde atualmente é discente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Membro do Laboratório de Estudos Culturais Interseccionais Históricos – Leci Brandão (LECIH). E-mail: allickasabino@estudante.ufscar.br

² Graduado em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia e Sociologia, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde atualmente é discente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Membro do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E) e do Laboratório de Estudos Culturais, Interseccionais Históricos – Leci Brandão (LECIH). E-mail: lfbrinatti@estudante.ufscar.br

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**: uma crítica feminista, racial e anticolonial do capitalismo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.



Publicado em português no ano de 2019 pela Editora Cobogó, **A dívida impagável** (2024 [2019]) reúne uma série de ensaios da filósofa e intelectual brasileira Denise Ferreira da Silva, escritos ao longo da primeira e da segunda década dos anos 2000. Esses textos refletem um momento de inflexão na teoria crítica contemporânea global, caracterizado pelo deslocamento do debate sobre raça e colonialismo das esferas sociais imediatas para um plano mais profundo, que envolve a crítica à própria estrutura epistêmica e ontológica da modernidade ocidental.

A argumentação da autora se estrutura em quatro ensaios que se encadeiam como movimentos de desmontagem da racionalidade moderna. Do diagnóstico epistemológico em “Nem mesmo pela lei daqui” à exploração do valor racializado em

“A mais perfeita alucinação”, passando pela proposição de uma outra linguagem conceitual e culminando na meditação narrativa sobre a impossibilidade de reparação em “Onde a carne se uniu ao gesso”, a autora mostra como a modernidade se ergue sobre três operações fundamentais (separabilidade, determinabilidade e sequencialidade) que servem de dispositivos de violência e expropriação. A estrutura da obra, portanto, não é meramente formal; ela integra a própria estratégia crítica de expor os limites da filosofia, da economia e do direito quando confrontados com a experiência negra.

Esse movimento, por sua vez, não se deu por acaso. No plano político, assistia-se à intensificação de debates em torno das reparações coloniais, às mobilizações negras transnacionais contra a violência policial e o encarceramento em massa, além das primeiras mani-

festações que dariam origem ao movimento Black Lives Matter³. Simultaneamente, no plano acadêmico, a pensadora jamaicana Sylvia Wynter (2003; 2015) e os (as) pensadores (as) estadunidenses como Hortense J. Spillers (2021 [1987]), Saidiya Hartman (1997) e Fred Moten (2003; 2013) já vinham elaborando críticas radicais ao humanismo ocidental e suas instituições.

É nesse contexto que a filósofa insere sua obra, articulando-a a uma crítica da arquitetura da política neoliberal moderna e do capital global, ao argumentar que a subjugação racial não constitui uma anomalia, mas, ao contrário, um componente essencial sustentado pelos princípios fundamentais do pensamento pós-iluminista. Assim, não se trata apenas de mais uma contribuição ao debate, antes, propõe-se uma verdadeira ruptura com as categorias fundamentais que sustentam a razão moderna, da economia capitalista e o direito liberal.

A autora brasileira, nascida no Rio de Janeiro, consolidou sua trajetória no cenário acadêmico internacional, destacando-se como uma figura singular no pensamento crítico contemporâneo. Formada em Ciências Sociais no Brasil, Denise Ferreira da Silva ampliou seus horizontes ao se deslocar para os Estados Unidos, onde teve contato com diversas tradições intelectuais, incluindo as teorias críticas da raça, os estudos culturais, a filosofia política e a estética experimental.

Sua obra **Toward a Global Idea of Race** (2007) já indicava o projeto de pensar a racialidade não como dado sociológico, mas como condição de possibilidade do mundo moderno. Em **A dívida impagável** (2024), essa intuição é levada às últimas consequências: a racialidade deixa de ser apenas um efeito histórico para se constituir como uma gramática epistêmica, inscrita nas categorias de sujeito, tempo, valor e propriedade. A filósofa tem como ferramenta analítica central *o corpo cativo ferido na cena da subjugação*, para dismantelar o que chama de dialética racial. Essa dialética opera como uma lógica reversa que torna a negritude tanto causa quanto consequência de sua própria subjugação, obscurecendo assim os mecanismos jurídicos e econômicos do estado liberal e do capital que produzem e lucram com ela. Nesse sentido, a análise desconstrói os pilares fundamentais do pensamento moderno argumentando que esses são sustentados por uma força de necessidade que opera sob um verniz de liberdade.

A ferramenta mencionada trata-se de um instrumento “re/de/compositivo” criado para expor e analisar o funcionamento da categoria sócio-científica da negritude, sendo inspirada profundamente na obra de Hortense J. Spillers (2021 [1987]). A origem de seu pensamento baseia-se nas distinções feitas por Spillers entre “corpo cativo” (jurídico e econômico), “carne (ético) e “cor de pele” (simbólico). Explicando de forma detalhada essas três distinções, o pri-

³ Black Lives Matter é um movimento social criado em 2013, nos Estados Unidos, a partir da hashtag #BlackLivesMatter. Surgiu após a absolvição de George Zimmerman pela morte de Trayvon Martin, caso que gerou grande indignação pública. O movimento foi fundado por Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi, articulando a mobilização digital e protestos de rua. Seu objetivo central é denunciar a violência policial e o racismo estrutural que afetam a população negra. Ao longo dos anos, organizou manifestações contra casos recorrentes de mortes de pessoas negras por agentes do Estado. Em 2020, ganhou dimensão global após o assassinato de George Floyd por um policial em Minneapolis. Milhões de pessoas protestaram nos EUA e em diversos países, ampliando o debate sobre desigualdade racial. O BLM também questiona o encarceramento em massa e as disparidades no sistema de justiça criminal. Além das ruas, o movimento impactou debates acadêmicos, culturais e políticos sobre racismo e direitos civis. Hoje, tornou-se uma referência internacional na luta por justiça racial e transformação social.

meiro representa um status jurídico-econômico do escravizado, um ser definido como propriedade. Tal concepção interrompe explicações baseadas em diferença cultural ao destacar a história material de expropriação e violência total. A segunda dimensão, é a carne imaginada por meio da ferida (carne ferida), que expõe a realidade da violência total autorizada e a condição de desproteção jurídica. É o local primário da consideração ética – aquilo que pode ser violado versus o que deve ser protegido. Logo, a cor da pele, atua no nível simbólico, tornando-se índice de atributos morais, culturais e intelectuais; o exemplo do relatório Moynihan⁴ mostra como a “etnicidade” utiliza a pele negra para significar uma estrutura familiar patológica.

Além da produção acadêmica, a autora atua intensamente no campo artístico, dirigindo filmes, produzindo instalações e colaborando com artistas contemporâneos. Essa interlocução interdisciplinar não é secundária: na poética negra feminista que ela propõe no livro, estética e epistemologia se confundem como formas de conhecer e de intervir no mundo. A exemplo disso, é quando a tese central da filósofa é articulada por meio da metáfora da *dívida impagável* (2024), inspirada no romance *Kindred* (1979), da estadunidense Octavia Butler, que descreve uma obrigação herdada que recai sobre aqueles que não a criaram e que não podem ser diretamente, responsabilizados por pagá-la.

Dana, uma mulher negra dos anos de 1970 em Los Angeles, é repetidamente transportada para o passado, à Maryland escravista, para salvar a vida de Rufus, seu ancestral branco e proprietário de escravizados. Essa obrigação forçada serve como ilustração da dívida impagável. Nesse sentido, a natureza da dívida, trata-se de uma obrigação imposta a alguém que não é responsável por sua criação. Sendo assim, o dever de Dana de salvar Rufus não resulta de suas próprias decisões, mas de uma imposição histórica que viola o tempo linear e a causalidade; seu retorno ao presente, onde seu braço é decepado e permanece embutido na parede de sua casa, serve como a “evidência incompreensível” desse emaranhamento trans-temporal e violento (SILVA, 2024).

Diante disso, o nexos ético-econômico diz que a dívida impagável é utilizada para analisar lógica que rege crises modernas. Nesse sentido, nos deparamos com acontecimentos específicos, tais como a crise financeira de 2008⁵, em que pessoas negras e latinas com empréstimos subprime eram inicialmente vistas como economicamente valiosas, justamente por

4 “O relatório de Moynihan de 1965 é uma articulação típica da dialética racial. Após recordar séculos de escravidão e décadas de segregação, e de registrar como a expropriação (renda, padrões de vida) caracteriza a situação econômica dos estadunidenses negros nos Estados Unidos,12 ele conclui que o “problema fundamental” é a “estrutura familiar”, o fato de ela estar “desmoronando”, e argumenta que, “enquanto essa situação persistir, o ciclo de pobreza e desvantagem continuará a se repetir” (SILVA, 2024, p. 24).

5 A crise financeira de 2008 foi uma das maiores crises econômicas globais desde a Grande Depressão de 1929. Teve origem nos Estados Unidos, a partir do colapso do mercado imobiliário e da concessão de empréstimos de alto risco, conhecidos como “subprime”. Bancos e instituições financeiras concederam crédito a pessoas sem condições de pagamento, estimulados por especulação e desregulamentação. Essas dívidas foram transformadas em produtos financeiros complexos e vendidos no mercado internacional. Quando muitos mutuários deixaram de pagar suas hipotecas, o sistema começou a entrar em colapso. Em setembro de 2008, o banco Lehman Brothers declarou falência, agravando o pânico global. Diversas instituições financeiras enfrentaram quebras ou precisaram de resgates bilionários do governo. A crise se espalhou para a Europa e outras regiões, provocando recessão mundial. Milhões de pessoas perderam empregos, casas e poupanças. O episódio revelou fragilidades do sistema financeiro internacional e gerou debates sobre regulação e responsabilidade econômica.

sua provável inadimplência e quando essa inadimplência se concretizou, foram responsabilizadas eticamente pelo colapso iminente da economia global e também a violência policial, em que a mesma lógica aparece nos assassinatos de pessoas negras desarmadas pela polícia e a morte é atribuída a uma suposta falha moral ou uma ameaça inerente da vítima, justificando a violência. Sendo assim, em ambos os casos, está em operação uma dialética racial, ou seja, um mecanismo que faz a subjugação racial parecer alheia às estruturas centrais do liberalismo político ao transformar crises econômicas e jurídicas em falhas éticas atribuídas à diferença racial.

No capítulo “Futuro Anterior”, nos deparamos logo de início com a seguinte advertência: “qualquer tentativa de resumir um capítulo – e, nesse sentido, todo o livro – será insatisfatória e muito provavelmente distorcerá, já que uma descrição do que é feito não pode repetir como é feito” (SILVA, 2024, p. 18). Cientes dessa limitação, mas também movidos pelo desejo de compartilhar a densidade das reflexões apresentadas, nos propomos aqui a caminhar com atenção e respeito pelos principais pontos desenvolvidos, buscando preservar, tanto quanto possível, a complexidade do texto original. Nesse sentido, como citado anteriormente, a obra está organizada em quatro ensaios, cada um dedicado a uma dimensão específica da crítica proposta pela filósofa.

No primeiro, intitulado “Nem mesmo pela lei daqui”, a autora expõe seu projeto metodológico, que consiste em desmontar as chamadas “leis do entendimento moderno”, sintetizadas em três princípios fundamentais antes mencionados. O que a filósofa analisa é que *o corpo cativa ferida* aqui desestabiliza a separação entre humano versus coisa, mostrando que a escrava é ao mesmo tempo mercadoria e algo que excede qualquer categorização natural ou artificial. Esses dispositivos, herdados da filosofia moderna, especialmente de pensadores europeus como René Descartes (1641), Immanuel Kant (1791), Georg F. Hegel (1807), fundamentam tanto a organização do conhecimento quanto às práticas jurídicas e econômicas.

A análise que a autora propõe fazer mostra os pilares centrais do pensamento pós-iluminista, afirmando que seus conceitos fundamentais não são neutros, mas sim construídos como forma a necessitar e perpetuar a violência. Diante disso, os princípios se encarregam de mostrar a ideia de que entidades são distintas e não podem ser conhecidas isoladamente; a análise propõe uma realidade de implicação profunda (separabilidade). Por outro lado, o determinismo se dá como princípio de que o conhecimento consiste em identificar causas e efeitos. A autora propõe a indeterminabilidade, reconhecendo a complexidade infinita de tudo que existe. Já a sequencialidade, por sua vez, expressa a fé em um tempo linear, progressivo, que estrutura tanto a narrativa histórica quanto a economia capitalista. Dessa forma, a autora demonstra como esses princípios não apenas organizaram o pensamento, mas possibilitaram práticas de dominação racial: a escravização e a colonização só puderam ser concebidas porque a racionalidade moderna produziu sujeitos universais e, ao mesmo tempo, relegou corpos racializados à condição de “coisas”, incapazes de agência ou de titularidade.

Em sequência, o segundo ensaio, intitulado “a mais perfeita alucinação” aprofunda esse diagnóstico, examinando a articulação entre racialidade e valor. Aqui a interlocução com Karl

Marx (1894) é explícita. Se para Marx a acumulação primitiva foi um momento inicial do capitalismo, marcado pela violência da expropriação, para Denise Ferreira a escravidão e a colonização não são episódios transitórios, mas constitutivos e permanentes da lógica do valor. Nesse sentido, vemos como a demonstração do valor criado pelo “trabalho escravizado” é sistematicamente apagado da equação de valor de Marx, sendo relegado a um estágio pré-capitalista de acumulação primitiva.

Esse apagamento, facilita um processo de acumulação negativa para os descendentes dos escravizados; um déficit econômico que a dialética racial transborda em uma falha moral ou biológica inerente. Diante disso, se propõe uma reimaginação radical da existência para além dos limites da epistemologia moderna, advogando por uma ontologia baseada na implicação profunda, na infinitude e na complexidade fractal; um arcabouço desenhado para dissolver o próprio conceito de valor e pôr fim ao mundo sustentado pela violência.

Portanto, o capital não existe sem racialidade. Mais do que isso: o próprio trabalho escravizado, em sua capacidade criativa, foi apropriado como capital, de tal modo que a “carne” negra não apenas produziu mercadorias, mas converteu-se, ela própria, em mercadoria. Esse processo de mercantilização da vida negra não se encerra no século XIX. Ao contrário, ressurgiu nas formas contemporâneas de financeirização, como o crédito hipotecário e a securitização de dívidas. Tais dispositivos revelam a persistência de mecanismos de captura da vida, que reafirmam a lógica de exploração e objetificação racial (SILVA, 2024).

Ao enfatizar essa continuidade, Silva (2024) distancia-se de interpretações que tratam a escravidão como uma anomalia ou acidente histórico. Para a autora, o capitalismo é estruturalmente racializado, e toda crítica que não reconheça esse traço permanece incompleta e, portanto, insuficiente. A autora, nesse sentido, denuncia como o pensamento moderno substituiu o determinismo científico do século XIX por um regime interpretativo que, no entanto, não rompeu com as estruturas raciais anteriores. A corpo cativa, reintroduz o problema jurídico-econômico rompendo com a lógica hegeliana do reconhecimento e expondo a dominação como baseada na propriedade.

O terceiro ensaio da obra, intitulado “uma outra língua”, apresenta possivelmente o gesto teórico mais ousado da autora: uma formulação matemática que enuncia a impossibilidade de calcular a vida negra segundo os parâmetros do valor moderno. Nesse ponto, a fórmula apresentada pela autora: $1(\text{Vida}) \div 0(\text{Negridade}) = \infty$ aparece como gesto conceitual e poético de grande força. Do ponto de vista matemático, dividir por zero é uma operação impossível, pois não há número real que satisfaça a equação. Entretanto, se observada como limite, a razão tende ao infinito.

Nesse sentido, a autora mobiliza essa ambivalência para expressar que, se a vida é colocada em relação com uma negridade reduzida à nulidade pelo regime moderno, o resultado é um excesso incalculável. Assim, a fórmula condensa de modo performativo a falência do cálculo capitalista diante da experiência negra: aquilo que é tomado como zero explode a lógica do valor, revelando um infinito que não pode ser reparado nem mensurado.

Essa formalização matemática, inserida no corpo do texto, cumpre papel duplo. De um

lado, é um recurso conceitual que radicaliza a crítica, ao traduzir em notação a impossibilidade de subsumir a vida negra às categorias modernas. De outro, é estratégia poética que se alinha à “poética negra feminista” que a autora reivindica como método, deslocando a expectativa do leitor entre filosofia e literatura, entre cálculo e ética. Lida nesse registro, a fórmula não é apenas metáfora, mas parte do próprio método: instaurar uma ética de leitura que reconheça o caráter impagável da dívida e a irreduzibilidade da vida negra.

Diante disso, nota-se a forma que a autora confronta a teoria de Marx (1859) ao mostrar como o Capital é construído mediante a exclusão do trabalho escravizado e das colônias. A abstração do trabalho como medida de valor depende de um princípio ético – a liberdade do trabalhador. Ao inserir a corpo cativa ferida (que aparece no algodão, matéria-prima marcada por trabalho escravo), a autora rompe com essa abstração; Mostra-se, então, que o valor total do Capital contém o excedente extraído do corpo escravizado, dissolvendo a fronteira entre trabalho livre e escravo.

Essa estratégia aproxima-se de autoras como Hortense Spillers (1987) e Saidiya Hartman (1997), que também ressaltam o caráter inassimilável da experiência negra. Contudo, a autora brasileira opera uma inflexão própria ao traduzir tal excesso em termos conceituais e formais, abrindo uma brecha na racionalidade matemática e econômica. O resultado é a constatação de que toda tentativa de reparar a escravidão e o colonialismo através de indenizações monetárias ou políticas de reconhecimento está fadada a fracassar, pois permanece prisioneira à lógica que produziu a própria expropriação.

Por fim, o último ensaio, “onde a carne se uniu ao gesso”, que dá título ao livro, condensa de forma precisa a tese central de Silva (2024): a dívida é impagável. Ao mobilizar a narrativa de *Kindred*, de Octavia Butler (1979), a autora demonstra como a temporalidade linear da modernidade, frequentemente representada como uma flecha do tempo, inviabiliza qualquer possibilidade de realização da justiça histórica. O passado não pode ser saldado por compensações no presente, porque o débito não é quantificável nem recuperável (SILVA, 2024).

A conclusão é uma especulação filosófica sobre o fim do mundo moderno tal como o conhecemos. A corpo cativa ferida se mostra irreduzível tanto ao sujeito moderno quanto ao conceito de trabalho. Em seu lugar, a autora propõe uma nova imagem da existência, baseada na implicação profunda (um emaranhamento de tudo com tudo) e no corpus infinitum (a recomposição perpétua de tudo que existe). Nesse horizonte, o fardo de Dana torna-se a dívida colonial de todos, que só pode ser paga com o fim das categorias que sustentam a opressão racial, jurídica e econômica.

A noção de dívida impagável, portanto, extrapola o diagnóstico crítico do presente; ela se constitui como um convite à formulação de outras possibilidades de justiça – uma justiça que não se fundamenta na propriedade nem no contrato, mas na criação de mundos implicados, plenos, nos quais as relações não sejam organizadas pela lógica da apropriação e do valor. É nesse contexto que a autora propõe a poética crítica negra feminista como método e como horizonte; tal poética, inspirada em pensadoras como Wynter (2003), Spillers (1987), Hartman (1997) e em artistas visuais como Kara Walker, configura-se como uma prática de lei-

tura e criação que busca imaginar outros regimes de sensibilidade. Regimes capazes de acolher o excesso da vida, sua irredutibilidade, sua singularidade, sem subsumi-las às estruturas de dominação do capital, do Estado ou da razão moderna.

Isto posto, um dos maiores méritos da obra **A Dívida Impagável** (2024), de Denise Ferreira, reside na sua capacidade de articular, de forma coerente, diversas tradições críticas. Ainda que compartilhe com Marx (1859) a crítica ao capital, a autora insiste na centralidade da racialidade como elemento estruturante do capitalismo. Acompanhando Sylvia Wynter (2003), adere à crítica ao universalismo do homem, mas enfatiza as determinações econômicas da exclusão. Dialogando com o filósofo e cientista político camaronês Achille Mbembe (2003), aproxima-se da noção de necropolítica, sem deixar de destacar que a administração da morte se ancora em categorias epistêmicas racializadas (SILVA, 2024).

Avançando um pouco mais, a interlocução teórica amplia-se com autoras como a americana Judith Butler (2004), cuja noção de despossessão é radicalizada por Silva (2024) na direção da negritude. Além disso, com Donna Haraway (1991;2016), partilha-se a recusa do humanismo tradicional, contudo, tal recusa é reconfigurada a partir da experiência negra. Assim, esses diálogos trata-se de uma apropriação que resulta em uma teoria com gramática própria, ainda que alimentada por múltiplas fontes.

Do ponto de vista metodológico, a obra propõe uma contribuição do pensamento filosófico e contemporâneo político: a poética negra feminista como método. Ao recusar a dicotomia entre razão e estética, a autora afirma que a arte não apenas ilustra, mas produz a teoria. Interpretar cenas de valor, analisar imagens e narrativas especulativas não é um desvio teórico, mas uma via legítima para acessar aquilo que a racionalidade moderna recusa como objeto de conhecimento. Essa perspectiva aproxima-se do que Hartman (2008) denominou *critical fabulation*, bem como de tradições afro-diaspóricas que reconhecem, há muito, a oralidade, o mito e a performance como formas legítimas de conhecimento. A diferença fundamental é que, ao formalizar tais práticas como método filosófico, Silva (2024) contribui para sua legitimação como epistemologia rigorosa, capaz de disputar, em seu próprio terreno, com os paradigmas da razão ocidental.

Contudo, a densidade do texto não pode ser ignorada. A linguagem experimental, a erudição filosófica e as formulações conceituais exigem do leitor uma disposição prolongada para o trabalho interpretativo. Essa exigência, no entanto, não deve ser vista como obstáculo, mas com parte da proposta teórica da autora. A complexidade do texto reflete a complexidade do lugar que a autora busca descrever. Nesse sentido, o livro ultrapassa o campo estrito da teoria acadêmica e se apresenta como instrumento político. A filósofa não está em busca de oferecer soluções imediatas, mas sim de propor, antes, um deslocamento radical do terreno do debate. Enquanto boa parte dos discursos sobre reparação se limitam à lógica do reconhecimento, a autora propõe uma restituição ontológica, que exige a desestabilização das categorias de valor, propriedade e tempo.

A crítica positiva que se impõe é a rara capacidade da autora de transitar entre campos diversos como a filosofia, economia, direito, literatura e arte sem sacrificar a consistência

teórica. A interdisciplinaridade aqui não é um gesto superficial, mas um projeto que possui tamanha rigorosidade diante das diferentes referências mobilizadas e integradas a um horizonte mais amplo, cuja ambição é nada menos que a reinvenção do mundo.

Se há limites, eles residem justamente na radicalidade. Ao declarar a dívida impagável, a autora abre um horizonte ético-político, mas não oferece soluções operacionais. Esse aspecto, antes de ser uma falha, pode ser compreendido como um convite, em que cabe às coletividades, aos movimentos, às práticas artísticas e jurídicas traduzir essa crítica em intervenções concretas. O livro não fecha um projeto; inaugura um campo.

Em conclusão, *A dívida impagável* (2024) é uma obra incontornável para qualquer reflexão séria sobre capitalismo, racismo e colonialidade. Sua relevância está não apenas na crítica profunda às categorias fundacionais da modernidade, mas na coragem de propor caminhos alternativos de pensamento e de ação. Ao insistir que a dívida é impagável, Denise Ferreira da Silva não convida ao desespero, mas à invenção. De outras formas de justiça, de outras formas de vida, de outros mundos. A dívida é impagável, mas o pensamento que ela mobiliza é incalculavelmente fecundo.

Referências

BUTLER, Judith. **Desfazendo o gênero**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BUTLER, Octavia. **Kindred**. Boston: Beacon Press, 1979.

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas** (1641). Tradução de Homero Santiago. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A dívida impagável**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Oficina da Imagem; Instituto Tomie Ohtake, 2019.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável: uma crítica feminista, racial e anticolonial do capitalismo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

HARTMAN, Saidiya. **Scenes of subjection: terror, slavery, and self-making in nineteenth-century America**. New York: Oxford University Press, 1997.

HARTMAN, Saidiya. **Venus in two acts**. *Small Axe*, v. 12, n. 2, p. 1-14, 2008.

HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature**. New York: Routledge, 1991.

HARAWAY, Donna. **Staying with the trouble**: making kin in the Chthulucene. Durham: Duke University Press, 2016.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992 [1807].

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1999 [1781].

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro II. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Revista Arte & Ensaios, n. 32, p. 123-151, 2016 [original em francês: Nécropolitique, 2003].

SPILLERS, Hortense J. **Mama's baby, papa's maybe**: an American grammar book. Diacritics, v. 17, n. 2, p. 64-81, 1987.

WYNTER, Sylvia. **Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom**: towards the human, after man, its overrepresentation – an argument. CR: The New Centennial Review, v. 3, n. 3, p. 257-337, 2003.